

DISTINÇÃO ENTRE TERMOS: HISTÓRIA DE VIDA (HV), HISTÓRIA DE CONTINGÊNCIAS DE REFORÇAMENTO (HCR) E CONTINGÊNCIAS DE REFORÇAMENTO ATUAIS (CRA)

HÉLIO JOSÉ GUILHARDI¹

**Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento
Campinas – SP**

Alguns conceitos muito utilizados pelos terapeutas comportamentais não estão claramente explicitados, nem definidos apropriadamente. Proponho algumas distinções entre eles com o objetivo de colocar os comportamentos do terapeuta, de investigar os episódios comportamentais relatados pelo cliente, sob adequado controle de estímulos e, assim, levá-lo a uma coleta e sistematização de dados funcionalmente relevantes.

1. *História de vida (HV)*: refere-se à descrição ou menção de episódios, eventos sociais ou não, vivenciados pelo narrador, sem a identificação *sistemática* das funções comportamentais que tais eventos tiveram para a pessoa. Assim, por exemplo: “Meus pais brigavam muito: meu pai era agressivo, suas explosões de humor vinham do nada e do nada desapareciam, enquanto que minha mãe era totalmente submissa e resignada. Foi moldada para suportar os revezes da vida. Coitada!”

2. *História de Contingências de Reforçamento (HCR)*: refere-se à descrição de episódios, eventos sociais ou não, vivenciados pelo narrador, com a *sistemática* investigação e identificação por parte do terapeuta das funções comportamentais que tais eventos tiveram para a pessoa. Assim, por exemplo:

C: – “Meus pais brigavam muito: meu pai era agressivo, suas explosões de humor vinham do nada e do nada desapareciam, enquanto que minha mãe era totalmente submissa e resignada. Foi moldada para suportar os revezes da vida. Coitada!”

T: – Que sentimentos as brigas despertavam em você.

– O que sentia pelo pai durante a briga?

– O que sentia pela mãe durante a briga?

– Você entendia porque brigavam?

– Você dava razão para algum dos dois?

– Você acredita que se tornou comportamentalmente mais parecido com seu pai ou com a sua mãe?

– Como você se comportava durante a briga?

– Como interagia com seu pai após a briga?

– Como interagia com sua mãe após a briga?

– O que sentia quando cessava a briga?

– etc.

Tais questões, dependendo das respostas, podem gerar outras perguntas que complementam as informações necessárias para compor quadros de tríplice

¹ Em maio/2013

contingência. Tal é o objetivo da investigação terapêutica: sistematizar o episódio comportamental, de forma que se possa expô-lo num esquema de tríplice contingência (ou com mais termos, se for o caso).

Eventualmente, algumas informações funcionais são apresentadas no relato de HV. O que diferencia um nível de coleta de dados do outro é que a HCR faz uma pesquisa *sistemática* das funções comportamentais.

A HCR fornece informações essenciais para se compreender as funções comportamentais² de cada pessoa: o que lhe é aversivo; o que lhe é reforçador; quais são seus padrões comportamentais característicos: comporta-se predominantemente por fuga-esquiva ou produzindo reforços positivos? quais sentimentos prevalecem: autoestima, autoconfiança, tolerância à frustração, responsabilidade, culpa? etc.

As funções comportamentais e como são construídas ficarão mais claras a partir de um exemplo experimental. A apresentação de um disco iluminado para um sujeito experimental, um pombo privado de alimento, por exemplo, pode ser ocasião para pelo menos três padrões comportamentais:

- a. Pombo A. Disco iluminado tem função neutra: o pombo bicará o disco numa frequência semelhante à do nível operante, anterior a qualquer história de condicionamento.
- b. Pombo B. Disco iluminado tem função de S^D : o pombo bicará o disco que produz alimento apenas na presença da luz; não bicará o disco quando a luz estiver desligada.
- c. Pombo C. Disco iluminado tem função de S pré-aversivo: o pombo bicará o disco, o que adiará temporariamente a apresentação de um choque elétrico aversivo; não bicará o disco quando a luz estiver desligada.

Ficam assim identificadas três funções comportamentais dos discos iluminados: estímulo neutro, discriminativo e pré-aversivo. Nas interações terapêuticas, tal é uma etapa do processo: identificar as funções que os eventos (sejam sociais ou não) têm para o cliente.

As diferentes funções do disco iluminado não podem ser explicadas pela mera presença da luz (uma vez que ela é exatamente a mesma para os três pombos), nem tampouco pelas peculiaridades genéticas das aves (já que são da mesma linhagem). São explicadas pelas diferentes histórias de contingências de reforçamento a que foram expostas. Inclusive, é possível alterar as funções que os discos iluminados têm para cada um dos pombos. Basta, para isso, alterar as contingências de reforçamento em operação. Assim, por exemplo, é possível tornar a luz S^D para o pombo C e pré-aversivo para o pombo B. O pombo A poderá se comportar como os pombos B e C, desde que exposto às contingências de reforçamento correspondentes. (Tais contingências de reforçamento são amplamente conhecidas e dispensam-se suas descrições aqui.)

O terapeuta desconhece quais foram as contingências de reforçamento que produziram as funções dos eventos e as funções dos comportamentos emitidos-eliciados pelo cliente. Cabe a ele investigar criteriosamente a operação das CRs. A bússola disponível para o terapeuta cumprir a complexa tarefa de organizar os eventos

² Esta expressão inclui num único termo as funções de eventos-estímulos (por exemplo, S^D , S^A , S^{R+} , S^{AV} etc.) e as funções de eventos-respostas (por exemplo, respostas de fuga-esquiva, de aproximação de reforço positivo, respostas discriminativas etc.). No presente texto, usaremos a expressão funções comportamentais.

ambientais e os eventos comportamentais em relações de CRs são a análise experimental e a análise conceitual do comportamento (ACC). Ambas contêm as informações necessárias que guiarão o terapeuta na sua pesquisa. A Análise Experimental do Comportamento (AEC) apresenta procedimentos tecnologicamente descritos e dados cientificamente validados produzidos por tais procedimentos, que estão disponíveis para o terapeuta. Assim, por exemplo, eventos reforçadores positivos fortalecem (instalam e mantêm) comportamentos que os produzem; eventos reforçadores negativos fortalecem (instalam e mantêm) comportamentos que os põem, amenizam ou eliminam. Por sua vez, a ACC propõe interpretações, a partir do que nos ensina a AEC, às quais chamamos de *conceitos* comportamentais, que não são inventados, mas sim decorrentes da sistematização de dados experimentais (neste caso, a interpretação equivale à sistematização) e, além disso, propõe extensões dos conceitos para o funcionamento do ser humano. As mais ricas e sistemáticas fontes de conhecimento da ACC são o Behaviorismo Radical de Skinner e sua análise do Comportamento Verbal.

A coleta de dados por parte do terapeuta não se faz numa única sessão. As informações devem ser coletadas durante o processo terapêutico. O que importa é chegar à sistematização das trípliques contingências.

O terapeuta deve ter as atitudes de um pesquisador na busca de dados. Essencialmente, isso significa que deve estar atento ao que controla o comportamento verbal do narrador. Assim, a frase “Meu pai era muito bravo” pode ter diversos significados:

- a. O que significa “bravo” para o cliente? Será: gritar, bater, quebrar ou arremessar coisas? Será “fechar a cara”, isolar-se, calar-se? etc.
- b. Meu pai era bravo com as pessoas em geral.
- c. Meu pai era bravo com minha mãe.
- d. Meu pai era bravo comigo.
- e. Meu pai só era bravo comigo.
- f. Nunca vi meu pai bravo, mas minha mãe sempre nos alertava para ficarmos bonzinhos, porque se não ele ficaria muito bravo.
- g. etc.

As alternativas *b*, *c*, *d*, *e* podem ser atos verbais puros ou não. Cabe ao terapeuta investigar como tais verbalizações foram instaladas no narrador, antes de qualquer conclusão. Por exemplo, na alternativa *c* o exemplo poderia ser: “Meu pai falava assim: Ei, moleque, come com a boca fechada!” Sem conhecer o contexto em que a frase do pai era dita, em que tom de voz, o que se seguia etc., não se deve concluir que o pai era bravo. “Ei moleque” é uma expressão que pode ser dita (pelo pai) com propósito depreciativo ou ser uma maneira descontraída de se referir ao filho. A função aversiva ou não que a frase adquirirá para a criança dependerá das relações de contexto: o que se segue: o pai sorri? o pai bate? o pai “fecha a cara”? A maneira como a mãe descreve o episódio para o filho fará diferença: “Seu pai não suporta criança que come de boca aberta. Isso o irrita!” ou “Até para corrigir você, seu pai é brincalhão. Ele acha você um moleque adorável...” A função aversiva da frase não está contida nela. É construída socialmente. A alternativa *f* é exemplo de comportamento intraverbal: digo (ou repito) aquilo que me disseram. Inclui adicionalmente a informação de que a criança era ensinada (instruída) pela mãe a se esquivar sob controle de um aviso, vindo dela, de que

um evento social aversivo (braveza do pai) ocorreria, sem que tivesse havido contato direto da criança com o estímulo aversivo anunciado. Viria de fato?

Tal investigação pode parecer muito complexa à primeira vista. Não é, porém! Os conceitos da Análise Experimental do Comportamento e do Comportamento Verbal são os pontos de referência para a sistemática e bem sucedida investigação que se propõe. Sem tais referências, a investigação não conduz a nenhuma sistematização significativa.

Após a sistematização da HCR, o relato inicial do narrador poderia ser reformulado da seguinte maneira.

“Meus pais brigavam muito. Eu sabia exatamente quando meu pai ia explodir. Ele estacionava o carro na garagem com uma brecada seca! Batia a porta de entrada de casa e entrava de cabeça baixa. Isso ocorria sempre que era humilhado no trabalho. Era mais inteligente que seu chefe, mas tinha que engolir ordens absurdas. Quando estava calmo, nos contava o que sofria na fábrica. Eu aprendi a me safar dele. Ia para meu quarto e ficava estudando. Ele sempre dizia que para ser livre é preciso ter diploma. Descobri que um livro na mão era o mais eficiente dos escudos. Minha mãe era ‘bobinha’. Parece que não percebia as coisas. Perguntava umas coisas nada a ver naquele momento: ‘Você pegou o pão na padaria?’; ‘Nossa chegou atrasado de novo? A comida está esfriando!’ ou ‘Não se esqueça de trocar a lâmpada queimada do banheiro!’ Aí meu pai vinha com tudo!... O jeito de ela se defender era se calar, servir o jantar em silêncio. Eu tinha mais raiva dela, do que dele. Parece que eu o compreendia: não podia dar um murro no chefe... dava em casa. Na minha mãe. Não entendo por que ela não ‘sacava’ o que ocorria com ele. Sou mais parecido com ele. É uma das razões por eu estar aqui: minha mulher me acha agressivo com ela. Diz que sou bonzinho lá fora... Eu também me queixo dela. Não sinto que é minha companheira...”

O relato acima é resultado da construção que cliente e terapeuta fizeram da HV do cliente. Os fatos estavam lá: na história passada. No entanto, faltavam contingências de reforçamento sociais para tornar o cliente ciente dos fatos todos e de sua interrelação. O terapeuta tem o arcabouço conceitual e tecnológico para intervir. Dotado de habilidade sensível e respeitosa, ele conduz o cliente à reconstrução (e não à invenção) de fatos (usando uma metáfora: os fatos são como as peças espalhadas de um grande quebra cabeça), à ordenação temporal e sequencial dos fatos (junta grupos de peças de acordo com algum critério ou alguma característica, por exemplo, tonalidade de cor) e dá-lhes funções, ou seja, enuncia contingências de reforçamento que lhes eram (para terapeuta e cliente) absolutamente desconhecidas (o quebra cabeça é, afinal, montado e pela primeira vez se descobre qual é a figura completa que se esfarelava em mil peças aparentemente desconexas). *Tal é o processo da conscientização: tornar-se ciente com a participação do outro (cons-ciente).*

A sistematização redigida acima pode variar dependendo da direção que o terapeuta dá para a interação terapêutica. Poderiam ser excluídas algumas ou incorporadas outras interpretações (note o uso do termo *interpretação*). Ela tem, neste contexto, o significado de ordenação e sistematização de dados e não livre associação arbitrária feita pelo terapeuta. Uma vez que as informações disponíveis serão sempre incompletas e sujeitas a desvios, há sempre uma margem de interpretação que vai além dos fatos. Trata-se de um limite inevitável da nossa tarefa terapêutica). O processo terapêutico é um contínuo desenvolvimento, de tal maneira que novos dados são incorporados aos anteriores – confirmando ou retificando algumas interpretações. As interações entre terapeuta e cliente podem ser entendidas metaforicamente como os

movimentos de um caleidoscópio: as peças se rearranjam e surgem novas configurações. Tal dinâmica do processo terapêutico é desejável, pois melhor representa o processo de desenvolvimento do cliente e da própria terapia.

O terapeuta deve ser sensível aos novos dados ou a seus rearranjos e rever continuamente suas análises e intervenções de modo correspondente. Uma característica desejável do terapeuta é se deixar influenciar pelas contingências de reforçamento (comportamento modelado pelas consequências), mas também ter seu repertório sob governo de regras, pois, se assim não for, ele pode ser conduzido (às vezes, manipulado) pelo cliente e se perde a sua função de agente ativo da terapia. Não por quaisquer regras, porém! Quais são as regras que devem governar os comportamentos do terapeuta? São os conceitos da análise do comportamento. São eles que orientam as organizações dos dados; não desejos ou preferências do terapeuta. Como extensão desta asserção, decorre que, por outro lado, ele não deve ser governado por regras pessoais, quando estas se opõem aos conceitos comportamentais. Assim, por exemplo, um terapeuta que tem como valor (lhe é reforçador) constatar que uma mulher tenha o máximo de autonomia (regra pessoal do terapeuta), não deve valorizar a agressividade ou oposição de uma cliente em relação ao marido (ele poderia pensar: é assim que uma mulher deve atuar, de forma independente, livre...! Não deve ser agressiva; mas assertiva, sim!) antes de avaliar se aquele comportamento específico dela é compatível com o harmônico desenvolvimento do processo terapêutico dela. Que contracontrole ela produzirá com suas respostas? Quais os ganhos que decorrerão no relacionamento do casal se ela mantiver tal padrão de comportamento? Que sentimentos ela produz para ela própria ao se comportar desta determinada maneira? A que controle ela está respondendo quando se opõe? Será que não são exatamente comportamentos oposicionistas os que têm trazido mais problemas do que ganhos para ela? São algumas – e outras – questões desta ordem que precisam ser respondidas antes de o terapeuta decidir como deve consequenciar os comportamentos da cliente.

3. *Contingências de Reforçamento atuais (CRA)*: o termo “atual” deve ser entendido como “presentemente”. Assim, quais são as funções comportamentais (o que é S^D , S^A , S pré-aversivo, S aversivo, repertório de fuga-esquiva, de produção de reforços positivos, sentimentos de culpa, de autoestima etc.) que estão *presentemente em operação*, não importa desde quando vem sendo assim. O ser humano não responde a eventos passados com padrões comportamentais do passado. Responde a eventos presentes com padrões comportamentais atuais. Tal conceito ficará mais claro nas linhas que se seguem.

A HC permanece atual, enquanto não ocorrem novas interações com outras CR que venham a alterar as funções comportamentais já estabelecidas. É por essa razão que o processo terapêutico não altera o passado (não é possível intervir naquilo que já ocorreu), mas altera o que *começou* no passado e vem sendo *mantido* no presente (logo, a intervenção é sempre no presente, nas funções comportamentais presentes). Uma pergunta que se pode fazer é: se a pessoa está sempre em interação com seu ambiente, isto é, sempre se comportando, não estará ela em contínua mudança? Sim, está. Ocorre, no entanto, que o ambiente atua de forma aleatória e, nesse sentido, a modelagem de novos comportamentos e as mudanças nas funções dos estímulos é lenta e quase nunca sistemática. Os controles ambientais que não são aleatórios são implementados por agências controladoras (governo, religião, família, escola, o mais forte, o mais bonito, o

mais rico, o mais poderoso etc.) que visam à manutenção do poder e do controle e que, raramente, estão interessadas no bem-estar, ou melhor, na liberdade daquele a quem elas controlam. Há, felizmente, agências de contracontrole que buscam limitar – com maior ou menor sucesso – o poder do controlador e dar voz e ação para o oprimido. A terapia é uma dessas agências de contracontrole. Sua principal função é instrumentar o cliente a identificar a origem e a função das contingências de reforçamento a que vem respondendo (sua HCR e CRA) e a substituir aquelas que lhe são desfavoráveis por novas contingências de reforçamento, que desenvolvam repertórios comportamentais mais saudáveis – menos comportamentos de fuga-esquiva e mais comportamentos que produzam reforços positivos –, sentimentos amenos de bem para si mesmo, com o máximo de benefício e o mínimo de prejuízo possível para o outro. O papel da terapia é, então, o de construir uma nova rede de contingências de reforçamento atuais, que resultem em novas funções comportamentais.

O terapeuta pode esquematizar, na forma de tríplice contingência, tantos episódios comportamentais quantos entender que são necessários. Pode esboçá-los no papel ou sabê-los “de cabeça”, o que significa que, se lhe for solicitado que explicite um determinado evento interacional na forma comportamental, ele será capaz de imediatamente expor numa folha de papel os componentes das três colunas da tríplice contingência. Isso não significa que o terapeuta sabe de cor, mas que sabe conceitualmente. Assim, o episódio da briga entre os pais poderia ser resumido da forma apresentada no esquema abaixo:

Em casa

A	R	C
Pai	Mãe	Marido
R1. breca o carro bruscamente R2. bate a porta com força R3. entra com cabeça baixa	R4. pergunta se trouxe o pão R5. comenta que chegou atrasado e a comida esfriou R6. pede para não esquecer de trocar a lâmpada queimada Filho R7. vai para o quarto estudar	Explode com a mulher: R4, R5 e R6 → Sav (exemplo de punição positiva) Pai Deixa o filho em paz: R7 → Sav (reforçamento negativo: esquiva)

--	--	--

No trabalho

A	R	C
R1. chefe dá uma ordem arbitrária	<p>Pai</p> <p>R2. acata a ordem sem retrucar</p> <p>R2. sente raiva, sente-se humilhado</p>	Pai mantém-se empregado (reforçamento negativo – fuga-esquiva de perder o emprego)

As contingências de reforçamento que atuaram no passado produziram algumas funções comportamentais naquela ocasião. Assim, por exemplo, a criança aprendeu, entre outras coisas, que:

1. Pai é fonte de eventos aversivos. Assim, vai ocorrer uma generalização para autoridades em geral: professora, diretor, chefe ou patrão, policial etc. que terão função aversiva.
2. Brecar o carro, bater a porta, entrar com a cabeça baixa são eventos aversivos. Assim, vai ocorrer generalização para movimentos bruscos, em geral, cara feia, gestos rudes etc., os quais sinalizarão que eventos aversivos ainda mais intensos se seguirão.
3. “Trouxe o pão”, “comida esfriou”, “trocar lâmpadas” são comportamentos indesejados e sua emissão deve ser evitada. Assim, vai ocorrer generalização regida pela regra: “Evite a emissão de comportamentos inadequados para o contexto.” Assim, a pessoa se contém e apenas emite comportamentos que considera apropriado e diminui, de modo geral, a emissão de respostas que poderão ser punidas. Ou seja, há um padrão abrangente de comportamentos de fuga-esquiva caracterizado por: 1. evitação de se comportar abertamente e 2. seleção *arbitrária* de respostas que a pessoa considera “seguras”: apenas elas podem ser emitidas sem produzir consequência aversiva.
4. Ir para o quarto é um comportamento de fuga-esquiva funcional. Assim, vai desenvolver um amplo repertório de comportamentos de fuga-esquiva e não emitirá comportamentos de contracontrole na relação com o outro. Assim, manterá a função (arbitrariamente selecionada pela HCR do indivíduo) de

que determinados outras pessoas são opressoras, quer sejam ou não de fato tiranos!

Apresentamos algumas possibilidades a partir de um único episódio. Os seguintes comentários podem ser acrescentados:

1. O padrão de controle de comportamentos do garoto, no exemplo ilustrado, se dá através de contingências de reforçamento sociais com função coercitiva, as quais geram comportamentos de fuga-esquiva. Fala-se em padrão de controle, pois o exemplo é paradigmático, ou seja, é um episódio que representa um padrão que se repete. Quantos exemplos o terapeuta precisa identificar para concluir que tais exemplos revelam um modo predominante de interações familiares? Depende de cada caso estudado e de critérios adotados pelo terapeuta. Adicionalmente, o terapeuta pode confirmar, de forma retrospectiva, quais devem ter sido os padrões comportamentais e quais as funções que os estímulos têm presentemente. Tal confirmação se dá a partir da identificação dos comportamentos do cliente emitidos nos episódios analisados pelo terapeuta na evolução do processo terapêutico. O que em geral ocorre é que a análise funcional adequada de alguns exemplos significativos permite ao terapeuta (e posteriormente ao cliente) identificar padrões nas funções comportamentais, as quais tendem a se repetir em novos episódios cotidianos que aparentemente não são semelhantes (apresentam fenótipos diferentes), mas que são funcionalmente equivalentes. O cliente, ao se tornar ciente de tais padrões, pode dizer que conhece sua “personalidade” (padrões comportamentais) e está a um passo de se tornar terapeuta de si mesmo. Falta que o terapeuta o ajude a: 1. generalizar o comportamento de analisar contingências de reforçamento (atentar, em diferentes exemplos, para funções comportamentais equivalentes) e 2. ampliar a variabilidade comportamental, pois embora a função dos comportamentos possa se equivaler, o fenótipo comportamental precisa variar. Assim, por exemplo, a pessoa não se esquiva do mesmo jeito do chefe e da esposa, embora em ambas as relações o controle sobre o cliente seja coercitivo. Assim:

A. No trabalho, o chefe lhe diz:

“Preciso que venha trabalhar neste sábado... Temos que terminar o Projeto até segunda-feira!”.

B. No lar, a esposa lhe diz:

“Você tem dado pouca atenção à sua família. Quanto tempo você ficou com seu filho? De minha parte, já desisti... nem reclamo mais! Neste sábado, já marquei nossa ida ao zoológico com o Junior.”

Diante das duas situações, que exigem comportamentos incompatíveis entre si, o cliente se comportará emitindo os seguintes comportamentos de fuga-esquiva (comportamentos com fenótipos diferentes, mas com a mesma função):

A. No trabalho:

“Sei que o Projeto é a garantia do meu emprego. Não posso dizer não!” (pensa)

“A que horas o senhor pretende começar?”... (fala).

B. No lar:

“Você tem razão. Tenho me ausentado demais da nossa vida!” (fala)

“É melhor concordar com ela para acalmá-la!” (pensa)

“Acontece que estamos super pressionados no trabalho. Não posso faltar neste sábado.” (fala)

“Na próxima semana, vou pedir para não trabalhar na 6ª feira e poderemos curtir um fim de semana mais longo juntos!” (fala)

“Até sexta-feira arrumo uma desculpa e vou ao trabalho.” (pensa)

Uma alternativa melhor, não necessariamente a melhor, poderia ser (sob influência da terapia) procurar o chefe na terça-feira pela manhã e dizer-lhe no trabalho: “Chefe, sei que temos que entregar o Projeto até segunda-feira. Há algo que eu possa fazer em casa à noite para adiantar, pois no fim de semana estou comprometido com minha família!”. Em casa, na quinta-feira à noite: “Bem, há tempo que não saímos juntos... Que tal levarmos Junior ao Zoológico no sábado e à noite comermos uma pizza?”.

O cliente, no entanto, não mudará seus comportamentos sem que algo seja feito. Não basta aconselhá-lo a mudar; não basta que ele diga que precisa mudar seu modo de se relacionar com as pessoas; é necessário programar CRs que produzam mudanças nos seus comportamentos. Programar, adicionalmente, CRs que mantenham tais mudanças no tempo e que produzam generalização dos novos padrões comportamentais sob controle de diferentes pessoas e contextos.

2. Na análise dos efeitos duradouros das contingências de reforçamento passadas apresentada acima foram omitidos os sentimentos que tais contingências geram. Assim, prevalecem sentimentos aversivos de ansiedade, de medo, de raiva, de culpa, de baixa autoestima, de insegurança, de desamparo etc. Não é de menor importância levar em conta, no processo terapêutico, tais sentimentos. É usual o cliente dar menor importância aos comportamentos que emite e dar maior destaque aos sentimentos que o fazem sofrer. O cliente é quase sempre inconsciente das contingências de reforçamento que o fazem agir de determinada forma e a sentir da maneira que sente.
3. Cabe repetir que, ao lidarmos com o cliente, não estamos lidando com padrões comportamentais e sentimentos do passado, mas atuais e presentes. Da mesma forma, não estamos manejando CRs passadas – estas inacessíveis –, mas contingências de reforçamento atuais *da mesma classe funcional* daquelas do passado. O passado só é relevante enquanto é presente. Mudem-se as CRs no presente e comportamentos e sentimentos também mudarão. Quando alguém afirma “não consigo me libertar do meu passado”, não dê prioridade à análise da memória perene: busque as CRs que estão atuando no presente e estão mantendo tais memórias. Não é a memória que é perene; são as mesmas classes funcionais de CR daquelas que atuaram no passado que estão presentes. Sobre elas é que o terapeuta tem que atuar.